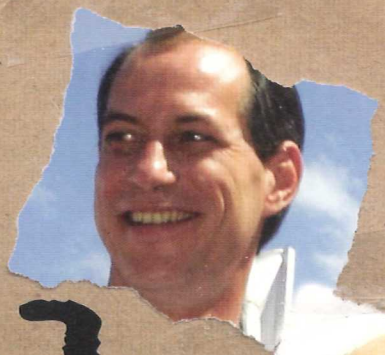
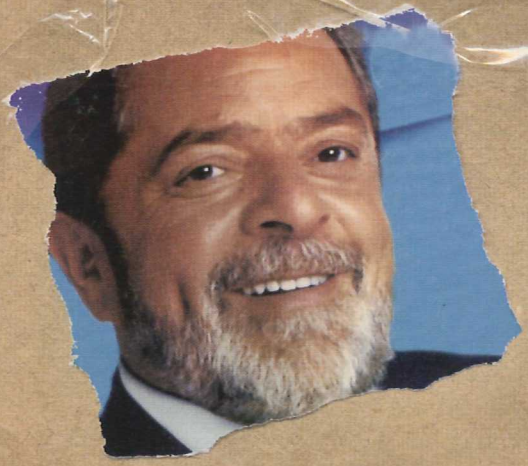
FENAE AGORA
IMPRESSO



O Brasil tem jeito?



FENAE AGORA - edição 31 - ano 5 - setembro de 2002 - distribuição gratuita

CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR CENAETUR *

Brasil

Baixa Temporada

Os melhores roteiros estão aqui!

Obs:Passagem ida/volta voando VASP, 08 noites de hospedagem com café, traslados aeroporto/hotel/aeroporto, city tour, 1 passeio e bolsa de viagem.
Os preços são por pessoa em apto dupo categoria standard, válidos para saídas até 10 dezembro (exceto feriados).
Preços sujeitos a reajuste sem prévio aviso e não válidos para congressos e feriados.

Maceió — 07 dias

HOTEL PORTO DA PRAIA

Saída de:	Valor R$
Belo Horizonte	1.017,00
Brasília	1.017,00
Goiânia	1.059,00
Rio de Janeiro	1.087,00
São Paulo	1.120,00
Belém	1.130,00
Recife	745,00
São Luiz	1.025,00
Salvador	675,00
Manaus	1.350,00

Fortaleza — 07 dias

HOTEL DELPHIA NEW LIFE

Saída de:	Valor R$
Belo Horizonte	1.147,00
Brasília	1.008,00
Goiânia	1.043,00
Rio de Janeiro	1.195,00
São Paulo	1.198,00
Belém	1.173,00
Recife	689,00
São Luiz	683,00
Salvador	903,00
Manaus	1.190,00

Natal — 07 dias

HOTEL BELLO MARE

Saída de:	Valor R$
Belo Horizonte	1.091,00
Brasília	1.108,00
Goiânia	1.142,00
Rio de Janeiro	1.137,00
São Paulo	1.201,00
Belém	1.013,00
Recife	549,00
São Luiz	880,00
Salvador	814,00
Manaus	1.309,00

Salvador — 07 dias

HOTEL SOL BAHIA ATLÂNTICO

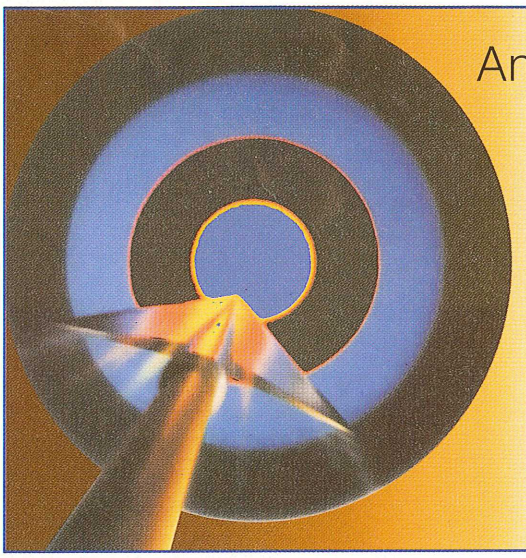
Saída de:	Valor R$
Belo Horizonte	973,00
Brasília	1.010,00
Goiânia	1.066,00
Rio de Janeiro	1.053,00
São Paulo	1.160,00
Belém	1.360,00
Recife	869,00
São Luiz	1.245,00
Manaus	1.450,00

CENAETUR
Sua Viagem na Melhor Companhia

(61) 321-4460
0800 61-4050

CENAETUR - END: SHS. Q. 01 GALERIA DO HOTEL NACIONAL - LOJA 48 - Consulte nos sobre outros roteiros
Site: www.cenaetur.com.br **E.mail: cenaetur@cenaetur.com.br**

CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR * CENAETUR CENAETUR



Anuncie aqui e atinja esse mercado

AGORA FENAE

Lida por 75 mil empregados da Caixa Econômica Federal e distribuida para:

3.500 entidades sindicais e associativas
3.404 bibliotecas
1.500 órgãos de comunicação
236 organizações não-governamentais
120 universidades
deputados federais, senadores governadores, assembléias legislativas e partidos políticos

Mais um mestre em Fenae Agora

Jânio de Freitas, Tárik de Souza e Fernando Nogueira da Costa terão a companhia de mais um grande nome do jornalismo brasileiro na equipe de colunistas de FENAE AGORA. Claudius Ceccon, um dos cinco fundadores do histórico Pasquim, é o novo titular da página de charges, após a brilhante passagem de Márcio Baraldi.

Claudius, que começou a publicar seus desenhos de humor aos 19 anos, andou pelo Jornal do Brasil e outros jornais cariocas, Manchete (em que ficou 13 anos), 0 Estado e Folha de São Paulo. Professor de arquitetura, design e comunicação visual, Claudius hoje dirige a organização Cecip (Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Humano), que busca elos entre comunicação e educação.

"Mudança" é também a linha-guia da matéria de capa desta edição. O Brasil elege seu novo presidente, além de todos os governadores e deputados e também a maioria do Senado. FENAE AGORA observa: "o país quer e precisa mudar".

6 Alca apresenta riscos para a América Latina

10 Documento propõe novos rumos à Caixa

12 Eleições oferecem a chance de mudanças

22 Análise de risco limita os créditos na Caixa

30 Incerteza no futuro persegue trabalhador

25 Desperdício de água continua no Brasil

34 Medalhas não tornam o iatismo popular

25 Esperanto é a língua auxiliar mais famosa

FENAE AGORA

edição 31 - ano 5 - setembro de 2002

Publicação da FENAE
Federação-Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:
Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n° 30, edifício Antônio Venâncio da Silva, 5° andar, Brasília/DF, CEP: 70395-900,
Telefone: (061) 323 7516
Fax: (061) 226 6402
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria executiva
Presidente:
Carlos Augusto Borges
Vice-Presidente:
José Carlos Alonso Gonçalves
Diretor Administração e Finanças:
Pedro Eugênio Beneduzzi Leite
Diretor de Comunicação e Imprensa:
Antônio Bráulio de Carvalho
Diretor de Esportes:
Paulo Rocha Cunha
Diretora Cultural:
Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida
Diretora Primeira Suplente:
Tânia Cristina Barros de Aguiar
Diretor Segundo Suplente:
Emanuel Sousa de Jesus
Diretor Terceiro Suplente:
Vaumik Ribeiro da Silva

Conselho Fiscal:
Sérgio Santos Serra
José Francisco de Assis Cavalcante Neto
Devanir Camargo da Silva

Suplentes:
Francisca De Assis Araújo Silva
Alberi Bernardi Boiaski
Valmir Gôngora

Conselho Deliberativo Nacional:
Presidente:
Antônio Carlos de Oliveira
Vice-Presidente:
Fabiana Matheus
Secretária:
Emerenciana Barbosa do Rego

Edição e redação:
Antônio José Reis,
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

Colaboradores:
Jânio de Freitas, Tárik de Sousa, Fernando Nogueira da Costa e Claudius Ceccon

Design e Ilustração:
Lisarb Sena de Mello

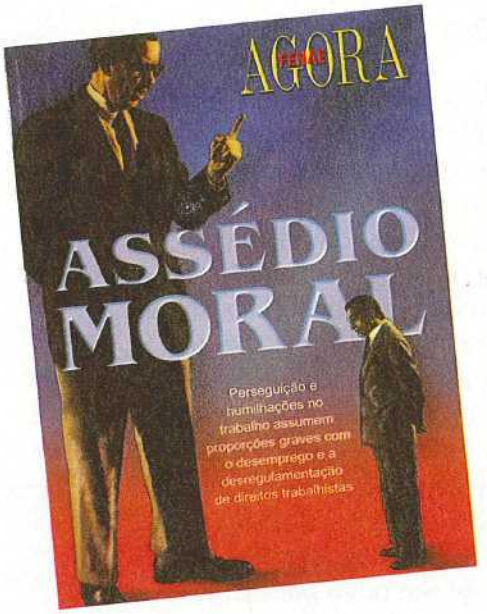
Impressão:
Bangraf

Tiragem desta edição 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

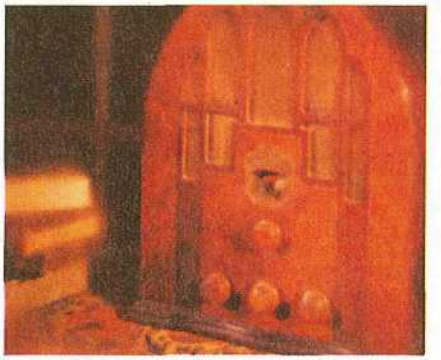
DOS LEITORES



Ótica de trabalho

Parabenizo a ótica de trabalho da revista. Tenho acompanhado algumas edições, nos últimos três anos, e fiquei admirador da linha editorial que os senhores desenvolvem. FENAE AGORA muito contribui para a pesquisa que faço sobre história econômica, política e social da América Latina, dentro da grande área de concentração que é a globalização neoliberal.

João Carlos Costa
Mestrando
por e-mail



Assédio moral

A edição de fevereiro da revista FENAE AGORA apresenta uma das melhores reportagens sobre assédio moral já editadas pela imprensa.

Cármen Sílvia de Quadros
Médica do trabalho
Porto Alegre (RS)

Rádio livre

Trabalho na agência Ipiaú (BA) e sou coordenador da Rádio Livre Comunitária (FM 105,9). Gostaria que nossa emissora recebesse a revista.

Nesmar Andrade da Silva
Empregado da Caixa
Ipiaú (BA)

A seção "Dos Leitores" *é* o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).

Continente verde

País de dimensões continentais, o Brasil tem diversos ecossistemas em seu território. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (www.ibama.gov.br) mostra cada um deles, com seus tipos de vegetação, ocupação humana, sustentabilidade, projetos de conservação e manejo e aspectos econômicos. Vale a pena conhecer um pouco mais sobre a floresta amazônica, os ecossistemas costeiros, a caatinga, o cerrado, a mata atlântica, os campos sulinos e o pantanal.

Casa bancária

Os bancários do Brasil têm seu endereço na Internet. A página www.cnbcut.com.br, da Confederação Nacional dos Bancários, traz convenções e acordos coletivos da categoria, análises econômicas do Dieese, além de temas sociais como gênero, saúde e raça, o projeto Travessia e a íntegra da pesquisa "O Rosto dos Bancários".

Visite também a página da Fenae - www.fenae.org.br.

A memória de Senna

Lembrado por todo o país, mesmo oito anos após sua morte, Ayrton Senna tem sua vida e carreira detalhadas em senna.globo.com. Os destaques da página são o Memorial, que conta sobre a carreira de um dos maiores pilotos de automobilismo em todos os tempos, e também o Instituto Ayrton Senna, organização não-governamental que apóia projetos sociais para crianças e adolescentes.

O melhor da charge

Seis anos de charges estão em www.chargeonline.com.br. A página apresenta os melhores desenhos do ano, charges e chargistas internacionais, bate-papo sobre o assunto, links para páginas dos profissionais e também o espaço Vitrine, com livros e outros produtos.

Pronto socorro

Para ser socorrista, é preciso ter treinamento adequado e autocontrole. A Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, em www.fundeci.com.br/ps, resume os principais aspectos da profissão e constata: "ser socorrista não é fácil; o nervosismo, a multidão, a dor são fatores que precisam ser controlados e exteriorizados".

A arapuca da integração

Mobilização no Brasil alerta para o risco da Alca, um acordo que levará economias combalidas a competir com a maior potência do mundo

Foto: divulgação

Caminhada da Soberania (fotos), dia 18 de maio, no Rio de Janeiro: convocação para o plebiscito de setembro

Em meio ao emaranhado de problemas em debate na sucessão presidencial, a sociedade brasileira está sendo alertada sobre a existência de uma arapuca armada a partir dos Estados Unidos, para aprisionar e controlar os mercados e a soberania dos demais países do continente americano. Trata-se da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), cujo tratado inclui EUA, Canadá, México, todos os países da América Central e Caribe, exceto Cuba, e todos os países da América do Sul.

Nessa área de livre comércio, formada pela redução gradual dos impostos sobre as importações e outras barreiras ao comércio, competiriam em igualdade de condições empresas da maior e mais poderosa economia do mundo e empresas de países cujas economias estão em frangalhos. Os cerca de 800 milhões de habitantes de todo o continente poderiam comprar artigos produzidos em qualquer um dos países membros da Alca, injetando combustível em uma disputa de Fusca contra Ferrari.

A assimetria na composição da Alca é realçada em números. O PIB (Produto Interno Bruto) dos Estados Unidos representa 77,6% do PIB total do continente americano. Somando-se o Canadá, somente esses dois países representam 81,6% da renda gerada na região, restando para

Números da desigualdade entre as regiões das Américas

	População em milhões	PIB em bilhões de US$	PIB por habitante em US$	Exportações em bilhões de US$	Importações em bilhões de US$
Alca	800	12,4	13.000	1.240	1.610
Nafta	400	11,2 (10,08 nos EUA)	28.000	1.100	1.400
Mercosul	213	1	4.694	74	80
CAN	111	0,168	1.513	43	35
MCC	32	0,054	1673	11	18
Caricom	6	0,024	4.000	0,6	10

CAN: Comunidade Andina; MCC: Mercado Comum Centroamericano ; Caricom: Mercado Comúm del Caribe
Fonte: Campanha Jubileu 2000

a América Latina e o Caribe uma participação de 18,4%.

EUA ganhariam mercado de US$ 460 milhões

México e Canadá já possuem um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, o Nafta (North American Free Trade Agreement), em vigor desde 1994. Sem contar os países do Nafta e os do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia), a Alca propiciaria aos Estados Unidos um mercado superior a US$ 460 bilhões, aproximadamente 6% de seu PIB. Com os países do Mercosul, esse percentual fica em torno de 20%.

A adesão do Brasil à Alca é a mais cobiçada. Isso porque os dotes nacionais são inúmeros e invejáveis: população de 170 milhões de habitantes; abundantes e valiosos recursos naturais (com destaque para a biodiversidade, o petróleo, os minérios metálicos e a água); grandes áreas de plantio; mão-de-obra relativamente qualificada, abundante e mal paga, entre outros.

Na avaliação de seus críticos, a Alca corresponde a uma necessidade da política mundial dos Estados Unidos, para a consolidação de sua hegemonia financeira (via aumento das dívidas externas), político-militar (via implantação de bases militares em diversos país, como quer fazer em Alcântara, no Maranhão) e econômica (via acordos de livre comércio).

Maior mercado interno da América Latina faz com que a adesão do Brasil à Alca seja a mais cobiçada

Para João Felício, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), o que se avizinha não é uma integração, mas sim "uma anexação, um novo colonialismo, que trará graves conseqüências". A seu ver, o aumento do desemprego seria inevitável, pois os produtos importados mais baratos colocariam em dificuldade as fábricas e empresas nacionais. Ele lembra que projeções indicam que com a Alca as exportações dos Estados Unidos para o Brasil aumentariam de US$ 60 bilhões para US$ 200 bilhões.

O PIB na América Latina e na América do Norte

	PIB (US$ milhões)	Participação do PIB (%)	PIB per capita (US$)	Participação da população (%)
América Latina	1.994.961	18,46	4.100	61,90
Estados Unidos	8.238,397	76,17	32.104	33,92
Canadá	580.623	5,37	19.779	4,00

Fonte: Intal/BID e Banco Mundial

João Felício, pres. da CUT

Entidades organizam plesbiscito contra a Alca

O entendimento de que o livre comércio pretendido pelos Estados Unidos é nocivo ao Brasil, por comprometer a soberania nacional e aumentar a concentração da renda e a exclusão social, une um amplo leque de instituições e entidades contra o acordo da Alca, incluindo igrejas, partidos políticos, sindicatos, ONGs, setores estudantis e movimentos populares. De primeiro a sete de setembro, ocorreu em mais de três mil municípios brasileiros um plebiscito cuja realização contou com o envolvimento de cerca de 30 mil ativistas. Até o fechamento desta edição, o resultado ainda não era conhecido, mas era esperada pelos organizadores a superação da marca atingida no plebiscito sobra a dívida externa, que foi de seis milhões de votantes.

Foram formuladas as seguintes perguntas: O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca? O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca? O governo deve entregar parte do nosso território - a Base de Alcântara - para o controle dos Estados Unidos? A resposta dos brasileiros será divulgada nos dias 17 e 18 de setembro, em Brasília, com grande manifestação popular.

A oposição ao tratado da Alca é feita não apenas pela negação, conforme explica João Felício, da CUT. "A discussão sobre livre comércio deve se dar a partir de relações solidárias, com soberania, passando pelo fortalecimento do Mercosul e pela recuperação e fortalecimento das economias dos países da América Latina", diz ele.

> "A discussão sobre livre comércio deve se dar a partir de relações solidárias, com soberania"

Para o embaixador e sociólogo Samuel Pinheiro Guimarães, exonerado pelo governo FHC do cargo de chefe do Departamento Econômico do Itamarty, por conta de suas críticas ao acordo de livre comércio, o Brasil deve dar prioridade à construção de seu mercado interno, ao fortalecimento da poupança interna, ao desenvolvimento tecnológico próprio, ao pleno emprego de seus fatores de produção e ao fortalecimento do capital nacional. Na sua opinião, tais objetivos seriam impossíveis dentro da Alca, mas não seriam incompatíveis com a abertura do mercado brasileiro aos países da América do Sul. Ele acha, inclusive, que isso poderia se dar sem qualquer restrição, dado o potencial do Brasil em relação aos demais países sul-americanos. Seria uma medida de "impacto político" e que não traria problemas à economia brasileira.

Destino das exportações por países selecionadas

(em%)

	América Latina	Estados unidos	Total Alca	União Européia	Ásia	Demais
Argentina	49,9	8,1	58,0	17,6	9,1	15,3
Bolívia	48,5	24,9	73,4	18,1	1,1	7,4
Brasil	27,5	18,9	46,4	29,0	10,7	13,9
Chile	21,4	14,3	35,7	23,4	35,0	5,9
Colômbia	29,2	38,2	67,4	22,9	3,5	6,2
Costa Rica	38,3	16,3	54,6	28,8	4,0	12,6
Equador	26,1	39,0	65,1	20,5	8,0	6,4
Guatemala	40,1	35,9	76,0	13,2	2,9	7,9
Honduras	4,7	68,0	72,7	21,1	4,3	1,9
México	5,0	86,9	91,9	3,3	1,7	3.1
Nicarágua	22,9	45,1	68,0	27,6	0,9	3,5
Paraguai	57,2	5,1	62,3	27,9	3,5	6,3
Uruguai	62,7	5,8	68,5	15,8	7,0	8,7
Venezuela	22,1	54,7	76,8	6,0	1,4	15,8

Fonte: Cepal - Estudo de 1997/1998

A ação da tolerância

• Jânio de Freitas

Ao governo Fernando Henrique Cardoso não bastou ser um fenômeno antinacional. Gerou, também, outro fenômeno dentro daquele. Qual seja o da tolerância com que, ao longo de oito anos de crise atrás de crise geradas pela farsa de política econômica, toda a sua incompetência administrativa, todos os desmandos dos arrochos, todos os escândalos das privatizações, tudo isso e ainda mais ficou sem reação. Ou teve os princípios de reações abortados facilmente pelo governo.

Logo se identificam duas linhas de ação convergentes, para explicar o segundo fenômeno. Uma delas, os meios de comunicação, postos a serviço do governo e não do país nem, muito menos, da população. A outra linha é encontrada no Congresso, onde o sistema de compra-e-venda, alimentado pela Presidência da República, degradou a atividade parlamentar a nível moral equivalente aos anos de rastejamento para servir ao ditador.

Se os brasileiros quiserem ainda fazer deste país alguma coisa que eles próprios respeitem, precisam reduzir a sua tolerância. Para começar, cobrando coletivamente do novo governo a abertura das inúmeras caixas-pretas e dutos secretos do atual governo. Há muitos tapetes a serem levantados, muitas meias-verdades que precisam tornar-se inteiras, muitos ratos a serem tirados das tocas em que posam de inocentes. Um exemplo da obscuridade trapaceira? As privatizações e seus mais de US$ 60 bilhões.

O nome de um movimento nesse sentido é moralização. Sem ela e, portanto, sem o movimento, será impossível tornar o Brasil respeitável e respirável pelos próprios brasileiros. Eis a tarefa de que deveriam incumbir-se as associações profissinais e as entidades institucionais como OAB e ABI: mobilizar pela moralização.

Se o próximo governo for bem intencionado, precisará de um movimento assim para lidar com a parte viciada e majoritária do Congresso. Se não for, o movimento dificultará a continuidade dos métodos pelos quais o atual governo pôde tanto contra tantos.

E moralizar, afinal de contas, não é só agir contra a corrupção financeira. E agir com seriedade, com coragem, com as vistas postas nos interesses do país e no bem da população. A desgraceira dos brasileiros não se agravou só pelo governo: é obra também da tolerância levada a extremos que a voltam contra o próprio tolerante.

Jânio de Freitas
Jornalista

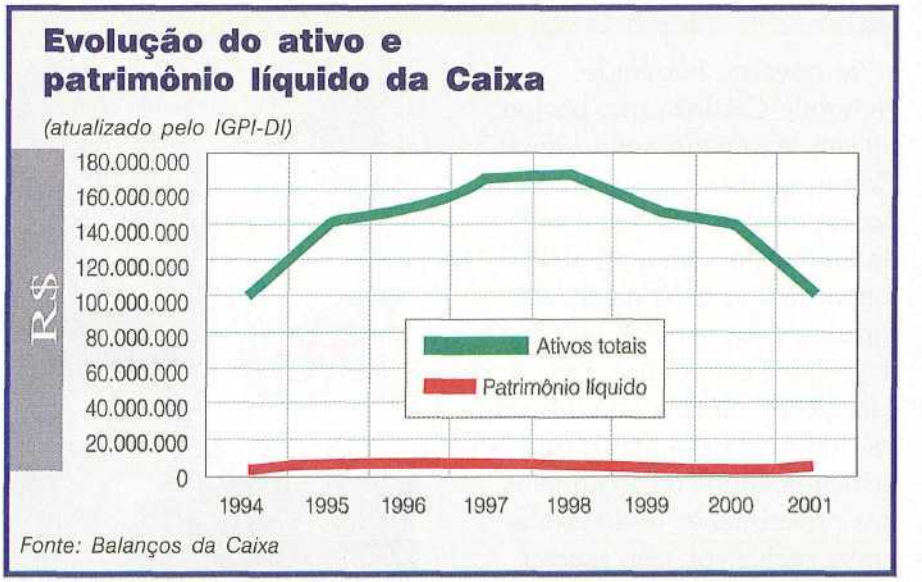
O retorno ao crédito

Documento dos empregados da Caixa apresenta propostas para voltar a empresa ao desenvolvimento econômico

Os empregados da Caixa contribuem para esta campanha eleitoral com o documento "A atuação da Caixa - uma contribuição ao programa de governo democrático e popular". O texto resume a situação da empresa nos últimos anos e aponta os desafios necessários para "restabelecer o papel da Caixa no cenário econômico e social e conseqüentemente colocá-la a serviço do processo de desenvolvimento econômico, mantendo suas características de banco estatal, público e múltiplo".

O presidente da Fenae, Carlos Borges, observa que "o equilíbrio financeiro da empresa deve ser acompanhado pelo equilíbrio entre a atuação comercial e suas ações sociais". Exatamente por isso, uma das principais preocupações do documento é mostrar a Caixa como elemento essencial na promoção da construção civil e na elaboração de políticas para o desenvolvimento urbano, a partir de estratégias discutidas nos municípios, pela própria comunidade.

A Fenae assina o documento ao lado das associações do pessoal da Caixa nos estados (Apcef), da Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa) e da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT). Sua elaboração esteve a cargo dos economistas Alcinei Rodrigues, Humberto Lima e Murilo Barella, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), com a colaboração de outros profissionais, da Federação Nacional dos Gerentes da Caixa (Fenag), da Associação de Pessoal da Caixa em São Paulo (Apcef-SP), do Sindicato dos Bancários de São Paulo (Seeb-SP) e dos delegados do XVIII Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef).



Operações de crédito caíram de R$ 69 milhões em 2000 para R$ 20,9 milhões no ano passado

Um extrato do projeto foi entregue ao coordenador do programa de governo de Lula, o prefeito Antônio Palocci, de Ribeirão Preto (SP), e também ao candidato do PSTU à presidência, José Maria de Almeida. Os demais candidatos de oposição também foram procurados pela Fenae para receber o documento.

Foto: Augusto Coelho

Palocci (e), do PT, recebeu o projeto de Carlos Borges, da Fenae

Estudo mostra necessidade de retomar crédito

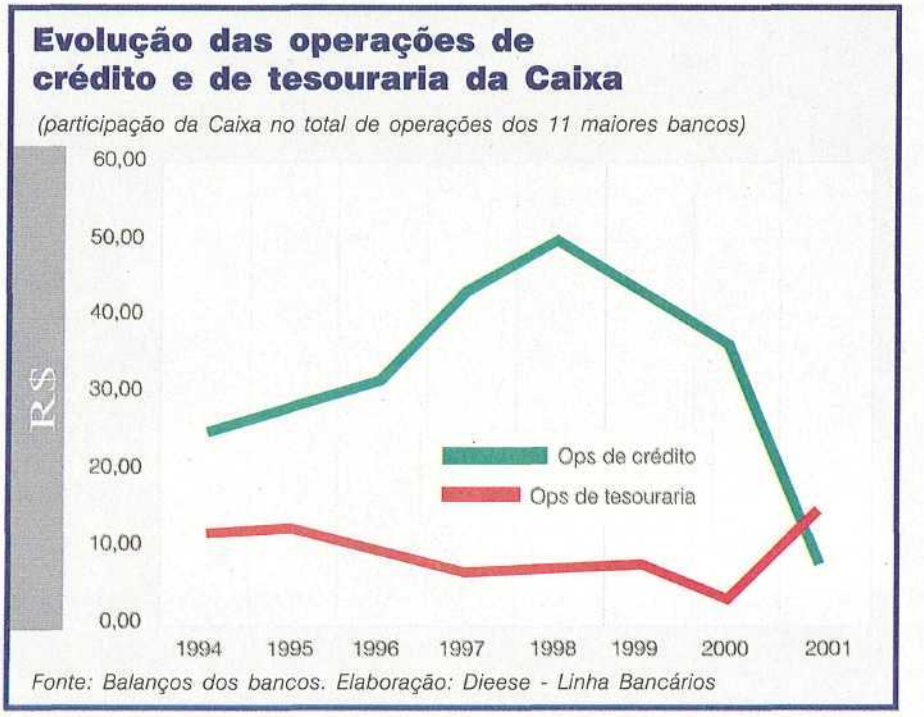
A Caixa sofreu alterações com a reestruturação promovida em 2001, mas não o suficiente para aprimorar sua capacidade de atuação no mercado. "Um dos motivos é sua alavancagem excessiva, ou seja, a baixa relação entre o patrimônio líquido e ativos", explica Murilo Barella, técnico do Dieese junto à Fenae.

Após a reestruturação, além disso, o volume de financiamentos na empresa caiu excessivamente. As operações de crédito, que somaram R$ 69 milhões em 2000, passaram para R$ 20,9 milhões no ano passado. Apenas as operações na habitação para o setor privado caíram de R$ 44,25 milhões para R$ 13,48 milhões, uma queda excessiva mesmo levando-se em conta que a reestruturação retirou esqueletos da empresa, como o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais). "Em contrapartida, cresceu a compra de títulos públicos", alerta Barella.

Nesta área, a ordem é uma só: retomar a capacidade de crédito. Para isso, a prioridade à compra de títulos públicos pela Caixa deve ser revista, a partir de um cronograma pelo qual, aos poucos, os recursos voltem a ser disponibilizados para o financiamento habitacional, para pessoa física ou para estados e municípios.

Em paralelo, o estudo sugere que a Caixa sirva como ponto de referência no desenvolvimento urbano. "A idéia é que as agências ofereçam aos municípios apoio técnico e logístico, atuando junto aos conselhos de desenvolvimento", explica Humberto Lima, também do Dieese. A relação com os municípios, através dos conselhos, irá gerar demandas e, também, embasar a política nacional para a área.

Além disso, a Caixa irá centralizar todo finaciamento para a construção civil, desde a extração da matéria-prima até a compra dos materiais de acabamento. "A coordenação centralizada vai otimizar os recursos aplicados na área", diz ele.



Ilustrações: Lisarb Fotos: Augusto Coelho

O impulso para mudar o Brasil

Eleições são oportunidade única para o país construir um pacto de forças com hegemonia popular e democrática

El Antônio José Reis

"A questão social é caso de polícia", dizia o presidente da República Washington Luís. "As elites devem fazer a revolução, antes que o povo a faça", bradava o ex-governador mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Essas duas visões de mundo, durante boa parte da história republicana, representaram as únicas opções da política brasileira. Felizmente, não é mais bem assim.

Às voltas com gargalos sociais e econômicos de proporções nunca antes vistas, como resultado do desastre em que se configurou o mandato de oito anos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil vai às urnas em seis de outubro deste ano. São 115.271.811 eleitores, segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), cujos votos irão eleger o presidente da República, 27 governadores, dois terços do Senado, 513 deputados federais e 1.059 deputados estaduais.

O Brasil precisa encontrar um caminho novo para resolver os difíceis problemas da população

O país quer e precisa mudar. O enigma consiste em descobrir como modificar o atual modelo econômico, com sinais visíveis de cansaço, vitimado pela doença da mediocridade, da mesquinharia e da corrupção. Alguns exemplos são a destruição do patrimônio público via privatizações de empresas estatais, a crise cambial violenta e o desemprego em patamares sufocantes (uma multidão de 11,7 milhões de pessoas foi posta a contragosto no olho da rua e essa realidade tende a agravar-se, haja vista que a cada ano cerca de 1,4 milhão de pessoas entra para o mercado de trabalho).

Pelo processo eleitoral em curso, seja em que circunstância for, passará a tentativa de mostrar nitidamente que existe outro caminho para o país: uma alternativa democrática e popular. O filósofo Roberto Romano, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), não vê razão para atitudes pessimistas neste momento. Ao recordar que outros países passaram por crises agudas semelhantes e até maiores, com pedido de moratória e que hoje começam a recuperar as suas economias de maneira ordenada e promissora, Romano mira-se no exemplo da Rússia para comentar que o Brasil possui condições científicas, tecnológicas e geopolíticas para dar a volta por cima. Ele avalia que essa mudança de rumo requer um projeto com apoio de amplos setores, com definição de metas, de modo a permitir que os recursos públicos sejam aplicados nas diversas áreas sociais.

Rui Costa Pimenta, PCO

José Maria de Almeida, PSTU

Anthony Garotinho, PSB

Pacto social deve ser criado, não sem antes mexer na economia

Reestruturar as instituições viciadas de autoritarismo, aprimorar a participação popular e formular com clareza a consciência de democracia. A cientista política Maria Victoria Benevides, professora da USP (Universidade de São Paulo), não tem dúvida: as eleições presidenciais deste ano oferecem uma oportunidade única para o país construir um pacto de forças com hegemonia popular, capaz de criar uma agenda de desenvolvimento que seja importante para todos os setores da sociedade - a produção, os empresários, o trabalho, as centrais sindicais, as igrejas, a imprensa, a universidade, os políticos etc.

Eventuais dificuldades de percurso à parte, Maria Benevides resume a sua idéia sobre o tema: "O pacto social deve ser pensado, não no sentido tradicional de um modelo de condução política em que o povo paga o pato, mas no sentido de que esse acordo envolva, além dos segmentos populares e as elites, a pequena e a média indústria, a retomada das exportações, a valorização de economias regionais e uma nova política de geração de empregos. Mas para isso, evidentemente, é preciso mexer no modelo econômico".

As políticas neoliberais implantadas nos últimos oito anos têm de ser revistas com certa urgência

E certo que o Brasil vive uma situação grave. É certo ainda que as políticas neoliberais implantadas nos últimos oito anos têm de ser revistas e o país precisa encontrar um caminho novo para resolver os difíceis problemas da população. A

"Investir na capacidade de trabalho do povo"

O melhor jeito para consertar o Brasil é investir na capacidade de trabalho do povo, que é grande e criativa. 0 país reúne uma série de recursos humanos, naturais e de infra-estrutura, podendo trazer soluções a médio e longo prazos. Desenvolvimento da economia significa política adequada de distribuição da riqueza e da renda, melhoria do atendimento médico, sistema educacional de boa qualidade e maior acesso da população aos bens produzidos pelo país. O Brasil precisa fazer a sua segunda abolição, obrigando as elites a romperem com essa cultura escravagista, traduzida na idéia de que as pessoas têm de trabalhar muito e ganhar pouco.

Francisco Lacerda Alencar da Silva, 40 anos, consultor de marketing.

José Serra, PSDB

Ciro Gomes, PPS

Luiz Inácio Lula da Silva, PT

questão é: como retomar a rota do desenvolvimento com distribuição de renda, qual caminho percorrer, em benefício de quem. Importa oferecer garantias efetivas contra o desemprego, a pobreza e contra a exclusão social. Importa adotar uma política de recuperação salarial, sanear o Estado de um ponto de vista popular e democrático, reordenar a questão da propriedade fundiária, ter um plano de investimentos sociais e buscar solução para o problema da dívida pública - interna e externa. Um dos principais desafios é ampliar o espaço da cidadania e da participação popular.

Com base nessa agenda, as eleições presidenciais devem polarizar-se em torno de dois terrenos: o progressista e o democrático, de um lado, e o conservador e com apelo explícito a práticas políticas autoritárias revestidas de releitura democrática, de outro. São seis os candidatos - Luiz Inácio Lula da Silva (coligação Lula Presidente, PT-PCdoB-PL-PMN-PCB), Ciro Gomes (coligação Frente Trabalhista, PPS-PDT-PTB-PFL), José Serra (coligação Grande Aliança, PSDB-PMDB), Anthony Garotinho (PSB), José Maria de Almeida (PSTU) e Rui Costa Pimenta (PCO). Para o pastor Ricardo Barbosa, reverendo da Igreja Presbiteriana do Planalto Central (DF), "a escolha de um candidato precisa levar em conta seu compromisso real com as mudanças sonhadas para o Brasil e sua identificação com as classes menos favorecidas, ao longo de toda a sua trajetória política e não apenas em épocas de campanhas eleitorais".

Como retomar a rota do desenvolvimento com distribuição de renda e qual o caminho a percorrer?

"É preciso acreditar no Brasil, com cada um fazendo a sua parte"

Para o Brasil ter jeito, é só acreditar. Cabe a cada um dos brasileiros fazer a sua parte. As pessoas, antes de criticar, deveriam olhar primeiro o próprio umbigo. Isso em qualquer situação. Os impostos devem ser aplicados de maneira correta. Não se sabe como esses recursos são aplicados, já que a situação não muda. As classes menos favorecidas são as mais prejudicadas. O dinheiro público deveria ser aplicado em áreas como educação, saúde e segurança.

Patrícia Fernandes Fonseca, 32 anos, bancária da Caixa.

Políticas de inclusão social rimam com melhor distribuição de renda

O dirigente evangélico orienta o eleitor a considerar o grau de coerência do discurso do candidato com sua prática política cotidiana, sempre fazendo um paralelo das bandeiras que cada candidatura já defendeu ou deixou de defender. Ricardo Barbosa é da opinião que os fins não justificam os meios. Inclusive, ele defende a tese de que os eleitores evangélicos não devem violar a sua consciência política e tampouco negar uma maneira própria de ver a realidade social, mesmo que um líder de sua igreja tente conduzir o voto da comunidade numa outra direção. O reverendo da Igreja Presbiteriana também defende a tese da inclusão social como ferramenta mais adequada para evitar que prossiga o problema do eventual naufrágio brasileiro, provocado especialmente pelo novo pacote de ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional), que estabelece um compromisso de superavit fiscal de 3,75%. Ele associa inclusão social com melhor distribuição de renda, reforma agrária, estímulo à produção, investimento na educação e na criação de cursos técnicos, programa de medicina preventiva, maior consciência de cidadania e solidariedade e, por fim, com pacto social para a erradicação da miséria.

O sociólogo Ivo Poletto, assessor da Cáritas Brasileira e de movimentos pastorais ligados à Igreja Católica, concorda com esse raciocínio, apesar de analisar essa questão de um modo um pouco diferente. "Para o Brasil retomar o caminho do desenvolvimento, as iniciativas que geram oportunidades criativas de trabalho devem ser estimuladas. Esta é uma das maneiras para fazer com que as famílias disponham de maior renda e melhorem a qualidade de suas vidas. O futuro do país só fica comprometido se a opção for seguir os caminhos impostos ou que se tornaram padrões nos últimos anos", observa Poletto.

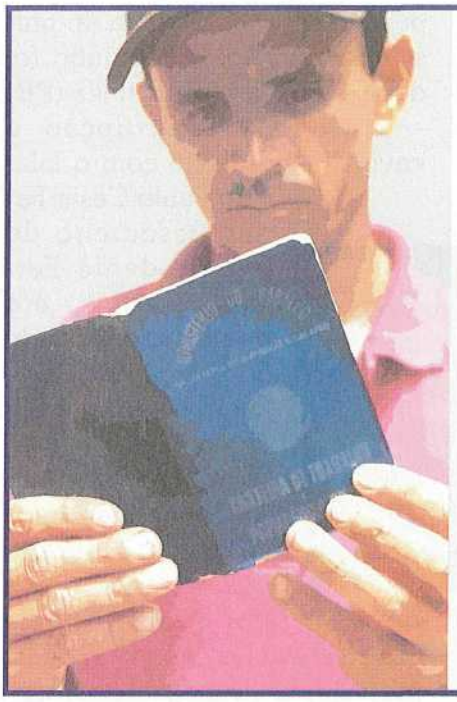
> Consertar a economia e resgatar a dívida social fazem parte do cenário de seis de outubro de 2002

Consertar a economia e resgatar a dívida social fazem parte do cenário de seis de outubro de 2002. Fermenta, nesse clima de necessidade de mudança, a questão sobre qual dos candidatos a presidente da República está mais apto a levar adiante um projeto nacional que inclua políticas para

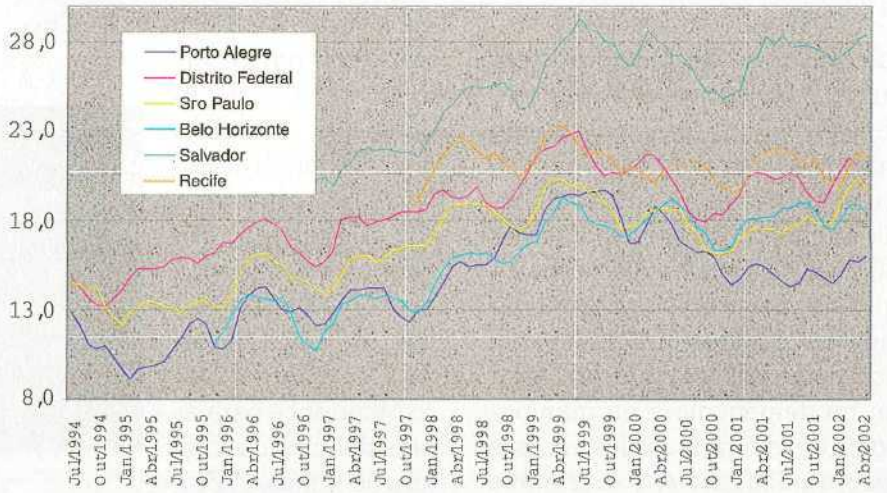
"Mudar a mentalidade do povo e dos governantes"

O Brasil tem jeito, sim. Basta mudar a mentalidade do povo e dos governantes. Leis para isso existem, devendo apenas ser aplicadas. Os eleitores devem escolher seus candidatos não por interesses próprios ou por amizade, mas pelas propostas por eles defendidas. Os candidatos de esquerda são os mais preparados para mudar o país, pois eles são mais sensíveis às reclamações populares. O eleitorado não deve dar emprego para os políticos, mas sim mandatos para que passem a defender os interesses nacionais. Vejo um único candidato com esse perfil: Lula.

José Antônio da Silva, 44 anos, guia de turismo.



Taxas de desemprego total
Regiões metropolitanas selecionadas



Fonte: Dieese

a geração de empregos, saúde, educação, reforma agrária, segurança, meio ambiente, habitação, saneamento e outros tantos temas capazes de dotar a economia do Brasil de um motor potente de crescimento autônomo. O sociólogo Ivo Poletto conclama o eleitorado a olhar primeiro os processos, antes de centrar sua atenção na figura do candidato.

De antemão, segundo ele, o continuísmo está descartado. Isto porque a cidadania tenta reconquistar, aos poucos, o espaço social perdido por oito anos de um governo que seguiu a lógica de transferência de recursos do setor público para o setor privado. O desafio, portanto, está no ar. Alguns candidatos continuam defendendo a visão de um Estado patrimonialista dos anos pré-Vargas. Outros seguem caminho diferente e buscam estabelecer diálogos com amplos setores da sociedade brasileira. Duas candidaturas - a de José Maria de Almeida (PSTU) e de Rui Costa Pimenta (PCO) - correm por fora e pregam, abertamente, uma plataforma socialista para sair da crise. Fica cada vez mais claro que, mais do que romper com a lógica implantada pelo governo FHC, cujo modelo já foi condenado eleitoralmente, dado que nenhuma candidatura (nem a do tucano José Serra) sai em sua defesa, é fazer escolhas estratégicas que superem a herança política montada desde o regime colonial.

> A cidadania quer reconquistar o espaço social perdido por oito anos de um governo autoritário

"Mudança da sociedade só com participação dos cidadãos"

O único jeito para o Brasil é a eleição de Lula para a Presidência da República. Não vejo outro candidato, que não ele, que esteja comprometido com as mudanças sociais. A sociedade só muda com a participação de todos os setores: assalariados, empresários, trabalhadores sem-terra, negros, mulheres etc. O país precisa de mais empregos e de investir na educação pública. Igualmente fundamental é a garantia de melhores condições de trabalho. É necessário também assegurar uma reforma tributária, que ponha fim ao caráter regressivo e cumulativo dos impostos.

Ana Lúcia Gonçalves de Freitas, 33 anos, secretária.

Democracia não combina com drama da exclusão social

O Brasil democrático terá que deixar de ser o país dos excluídos. Governos com impulso transformador não se constituem a partir de campanhas conservadoras, baseadas em cabos eleitorais remunerados, financiamentos milionários, conchavos de bastidores e perfumaria populista. Tampouco é possível aceitar velhos personalistas, que se baseiam na demagogia e na manipulação de demandas das massas desorganizadas. A experiência mostra que salvadores da pátria, a exemplo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, no estilo do "deixa comigo que eu resolvo", não possuem condições de enfrentar uma crise dramática como a da economia brasileira. Esse perfil se encaixa com precisão na candidatura de Ciro Gomes, do PPS. Tanto que o próprio presidente nacional do PPS, senador Roberto Freire (PE), passou a criticá-lo depois que Ciro abriu seu palanque para o PFL de Antônio Carlos Magalhães e entregou seu programa de governo a um economista afinado com o mercado, José Alexandre Scheinkman, defensor da privatização de empresas como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras. Ciro, aliás, tem pavio curto e cercou-se de alguns dos patriarcas que moldaram as políticas que ele, agora, diz desprezar. Foi essa turma que, durante o governo Collor, indicou Lafayette Coutinho e Álvaro Mendonça para as presidências da Caixa e do Banco do Brasil, quando as duas empresas foram transformadas em bancos dos amigos, na mina de ouro dos empréstimos subsidiados e que nunca foram pagos.

O Brasil democrático terá que deixar de ser o país dos excluídos e da corrupção desenfreada

Salvadores da pátria não têm condições de enfrentar uma crise dramática como a brasileira

Fica a pergunta: quem propõe a alternativa mais consistente? A candidatura de Ciro Gomes, que promete um Brasil novo, pode tornar-se sem firmeza e contraditória à luz das forças conservadoras, governistas e até mesmo corruptas. Seu palanque abriga figuras como a do deputado federal Roberto Jefferson - membro da tropa de choque de Collor de Mello na época do impeachment - em 1992, a do presidente do PTB e deputado federal José Carlos Martinez (PR) - acusado de corrupção e envolvimento ilícito com o falecido Paulo César Farias (tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor) - e o presidente licenciado da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva - o Paulinho -, escolhido para compor a vice-presidência da coligação liderada pelo ex-governador do Ceará. Pesam contra Paulinho denúncias de ter participado de negociatas marcadas por escândalos, como a que envolve acordos trabalhistas que permitiram a centenas de empresas em São Paulo burlarem o pagamento de encargos sociais como FGTS e INSS sobre o reajuste dos salários de novembro e dezembro de 2001 e sobre o 13°, conforme denúncia divulgada pela revista Época. O passado também parece condenar Ciro Gomes, que em 1984, quando exercia mandato de deputado federal, votou contra as emendas das eleições diretas.

A candidatura de José Serra (PSDB) patina na indecisão quanto a postura a adotar diante do governo federal, passando com isso a nítida impressão de es-

"Fica difícil acreditar que o Brasil tenha Jeito"

Tenho dúvidas se ainda há jeito para o. Brasil. As coisas continuam aumentando, enquanto os políticos prosseguem roubando os cofres públicos. Política de inclusão social, para mim, é construir abrigos para as pessoas pobres e os menores carentes, além de aumentar os salários. O problema da violência também precisa ser resolvido, de forma que seja evitada que a polícia continue atacando a população, como vem ocorrendo com frequência hoje em dia.

Lara Cristiê Pereira, 21 anos, ajudante de produção.

tar desorientada. Do lado da candidatura Serra, identificada com o governo FHC, as más notícias chanceladas pela equipe econômica de Pedro Malan - ministro da Fazenda -, a exemplo dos juros altos e dos aumentos nos preços do gás e dos combustíveis, levam o eleitor a rejeitar a rota do continuísmo. Já Anthony Garotinho optou pela retórica em detrimento da apresentação de propostas mais conclusivas, embora seu partido - o PSB - tenha quadros com visões bastante sérias da situação- política brasileira.

Líder em todas as pesquisas dos institutos de opinião, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trocou a retórica do confronto pela apresentação de propostas para os diversificados setores da economia. Sua base de sustentação foi ampliada pela aliança com o PL, do qual faz parte o vice de sua chapa, o empresário José Alencar - dono da indústria têxtil Coteminas - e pelo apoio de amplos setores, como o governador de Minas Gerais, Itamar Franco (sem partido), Orestes Quércia (PMDB-SP) e o senador maranhense José Sarney (PMDB-AP). Esse pragmatismo de Lula foi objeto de algumas críticas por parte da mídia, mas não há como negar que legitimidade para falar em nome do social ele tem de sobra, como nenhum outro candidato.

Número de deputados por estado

Câmara dos Deputados		Legislativos estaduais	
São Paulo	70	*São Paulo*	*94*
Minas Gerais	53	*Minas Gerais*	*77*
Rio de Janeiro	46	*Rio de Janeiro*	*70*
Bahia	39	*Bahia*	*63*
Rio Grande do Sul	31	*Rio Grande do Sul*	*55*
Paraná	30	*Paraná*	*54*
Pernambuco	25	*Pernambuco*	*49*
Ceará	22	*Ceará*	*46*
Maranhão	18	*Maranhão*	*42*
Pará	17	*Pará*	*41*
Goiás	17	*Goiás*	*41*
Santa Catarina	16	*Santa Catarina*	*40*
Paraíba	12	*Paraíba*	*36*
Espírito Santo	10	*Espírito Santo*	*30*
Piauí	10	*Piauí*	*30*
Alagoas	9	*Alagoas*	*27*
Rio Grande do Norte	8	*Rio Grande do Norte*	*24*
Amazonas	8	*Amazonas*	*24*
Mato Grosso	8	*Mato Grosso*	*24*
Mato Grosso do Sul	8	*Mato Grosso do Sul*	*24*
Distrito Federal	8	*Distrito Federal*	*24*
Sergipe	8	*Sergipe*	*24*
Rondônia	8	*Rondônia*	*24*
Tocantins	8	*Tocantins*	*24*
Acre	8	*Acre*	*24*
Amapá	8	*Amapá*	*24*
Roraima	8	*Roraima*	*24*
Total	513	*Total*	*1059*

"O Brasil precisa sair do fundo do buraco"

Se todo mundo fizesse a sua parte, o Brasil entraria nos eixos e sairia, depressa, do fundo do buraco onde se encontra. O caminho é mais educação e mais respeito de um para com o outro. Os governantes também devem cuidar dos recursos públicos com mais honestidade e com mais disciplina, não deixando de olhar ainda pelos setores mais pobres.

Maria Socorro Amaral Amorim, 30 anos, vendedora.

Caminho melhor para o país só com participação criativa da população

Lula é o candidato da preferência do sociólogo Ivo Poletto. Afirma o assessor da Cáritas Brasileira: "Prosseguir com a política que o governo FHC vem adotando levará o país, fatalmente, a viver uma experiência de contradições internas e de penúria, de pobreza e misérias terríveis como tem sido a experiência argentina, um país que em muitos setores continua melhor que o Brasil. A população deveria apostar na alternativa construída em torno do Lula, não que ele vá resolver sozinho os problemas, mas por oferecer maior possibilidade de participação criativa das forças sociais que podem ajudar o país a encontrar um caminho melhor". Ele enumera vantagens de duas ordens para o voto numa candidatura de oposição com o perfil do Lula: ter atrás de si a construção de iniciativas criativas por intermédio de administrações municipais e estaduais, apesar dos vários problemas existentes, e ter condições de elaborar propostas alternativas que abram espaço, numa atitude de diálogo, com os mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Fiel aos princípios que nortearam sua fundação, a CUT aprovou apoio à candidatura de Lula (PT)

O candidato do PT à Presidência da República conta com o apoio das entidades sindicais ligadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Esse apoio foi decidido pela 10ª Plenária Nacional da CUT, ocorrida em São Paulo no último mês de maio, e foi assim justificado no documento "Os sindicatos e a eleição presidencial", divulgado após o encontro: "Fiel aos princípios que nortearam sua fundação - um sindicalismo classista e independente de Estado, partidos políticos e também autônomo em relação aos governos -, a CUT reafirma seu compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e conclama a nação brasileira a votar em Lula para pre-

"Praga da corrupção precisa ser combatida com urgência"

O Brasil não tem jeito. O principal fator chama-se corrupção, que atinge todas as áreas. O próximo presidente da República deve agir com honestidade, sensibilizando-se com o lado social do país, que está abandonado. Infelizmente, a realidade no Brasil é de poucos com muito e tantos com quase nada.

Herbert Bezerra dos Santos, 38 anos, vigilante.

sidente". O movimento nacional bancário, reunido em Guarulhos (SP) em junho deste ano, por ocasião da conferência nacional dos trabalhadores do ramo financeiro, organizada pela CNB (Confederação Nacional dos Bancários), também optou por endossar a candidatura Lula, por entender que "só o candidato do PT reúne as condições para garantir as transformações que o Brasil precisa".

A opção pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva está sendo seguida por expressiva parcela dos empregados da Caixa Econômica Federal. Esse apoio, aliás, foi aprovado no XVIII Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa), realizado em Belo Horizonte no início de julho. Naquela ocasião, o documento "A atuação da Caixa" foi definido e, posteriormente, entregue em mãos a Lula e a José Maria de Almeida (PSTU). Os demais candidatos de oposição foram contratados, mas não houve retorno por parte de suas assessorias (veja matéria a respeito de seu conteúdo nas páginas 10 e ll desta edição). Até o momento, Luiz Inácio Lula da Silva foi o único candidato que se j reuniu com bancários de todo o Brasil. Foram dois encontros: um em São Paulo e outro em Brasília. Em ambos, o compromisso de que - em seu eventual governo - os bancos públicos federais não serão privatizados. Sobre a Caixa, a garantia de que a empresa continuará a ser gestora dos programas de moradia para famílias de baixa renda - "uma das metas é constituir um fundo com recursos do FGTS e do Orçamento da União para financiar a construção de moradias, ajudando os mais pobres a pagar prestações e barateando o custo de materiais".

País deve protagonizar novo modelo de gestão, com crescimento econômico e *renda* distribuída

Feitas as contas, a abertura comercial ampla e irrestrita - como decorrência da opção governamental pela lógica neoliberal - custou ao Brasil um aprendizado dramático e difícil. Cabe ao país, agora, correr contra o relógio para protagonizar um novo modelo de gestão que leve em conta planejamento público amarrado a políticas de crescimento econômico viável e de distribuição de renda. É, portanto, daí que vai surgir o impulso transformador na 'terra brasilis'.

Evolução da dívida interna

Ano	Valor (bilhões de reais)	Crescimento (anual)	Crescimento (acumulativo)
1994	54,4		
1995	84,6	42%	42%
1996	117,8	39%	98%
1997	225,7	91%	280%
1998	343,8	52%	479%
1999	464,7	35%	682%
2000	555,9	20%	836%
2001	675,0	21%	1036%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central
Elaboração: Dieese

Evolução da dívida externa

(valores em bilhões de dólares)

Ano	Dívida externa total	Pagamento efetuados	
		juros	amortizados
1994	148,29	6,34	50,41
1995	159,26	8,16	11,02
1996	179,94	9,84	14,27
1997		10,39	28,7
1998	241,64	11,95	33,59
1999	241,47	15,24	49,12
2000	236,16	13,97	31,69

Fonte: boletim do Banco Central e Revista Conjuntura Econômica

Atuação limitada

Análise de risco de crédito na Caixa limita concessão de financiamento habitacional

Se a Caixa Econômica Federal pretende consolidar-se como banco comercial, a diretoria da empresa precisa urgentemente reavaliar seu sistema de análise de risco de crédito, o Siric. Clientes, funcionários e até mesmo o mercado, especialmente na área de habitação, têm condenado as limitações extremas estabelecidas pela Caixa para a concessão de crédito.

Em novembro do ano passado, o jornal "Fenae Notícias", editado por esta federação, já denunciava o Siric como "um limitador à atuação do segmento de ponta da Caixa, levando a empresa a reduzir sua capacidade de competir no mercado". O tempo comprovou o alerta, como se viu em matéria no jornal "O Globo" no início de agosto. O especialista em habitação Ronaldo Gotlib apontou que exigências como comprovantes de gastos com cartão de crédito, telefone celular e escola, entre outros, podem ser consideradas até invasão de privacidade.

> As limitações impostas pela Caixa excluíram metade dos candidatos a financiamento em 2001

O jornal se limitou às formalidades exigidas para o financiamento habitacional. Segundo O Globo, o "credit score", mecanismo que determina quem está apto ou não a receber o crédito, alijou metade dos candidatos a mutuários no ano passado. As exigências foram flexibilizadas, mas a Caixa continua recusando até 35% de clientes em potencial.

"O Siric serve para dar segurança à Caixa nas transações, mas isso não pode eliminar toda concessão de crédito", observa José Carlos Alonso, diretor da Fenae. Ele acrescenta que os funcionários e suas entidades, como a Fenae, são amplamente favoráveis à existência de mecanismos que garantam o retorno seguro dos financiamentos. No entanto, isso não pode cortar a relação da empresa com seus clientes, pois qualquer instituição financeira vive exatamente de crédito. "O Siric, seja na área habitacional, seja no relacionamento da Caixa com seus clientes e funcionários, deve estar acompanhado de uma política que inclua outros produtos e também analise a história de negócios que clientes e funcionários têm com a empresa", completa José Carlos Alonso.

Sistema de análise do risco tem negado crédito até mesmo para os bons clientes tradicionais

Funcionários apontam mudanças necessárias

Empregados da Caixa ouvidos por FENAE AGORA informaram que o Siric tornou a análise de crédito mais profissional, apesar de ser burocrático. Daí resulta a necessidade de mudanças, já que hoje, engessado, o Siric pode forçar a negativa de crédito até mesmo para clientes que tenham um histórico de compra de produtos e aplicações na Caixa.

"Na habitação o Siric também contribuiu para melhorar a rotina de concessão, porém nas operações dos recursos do FAT há necessidade de ajustes, pois dificilmente consegue-se aprovar uma avaliação nessa operação para um cliente", disse um empregado em Minas Gerais.

Quanto custa construir a casa própria no Brasil

Ordem	Itens	Custo em R$	Participação (%)
1º	Terra	20.000,00	28,41
2º	Materiais	14.700,00	20,88
3º	Incorporador	11.070,00	15,72
4º	Mão-de-obra	9.800,00	13,92
5º	Custo indireto	7.350,00	10,44
6º	Corretagem	3.500,00	5,66
7º	Projetos	3.985,00	4,97
Preço total de venda		70.405,00	100,00

Fonte: Departamento de Tecnologia da Arquitetura/FAU-USP/Napplac
Simulação de montagem do preço de venda de um conjunto de 10 sobrados numa região popular (bairro do Butantã) da zona oeste da cidade de São Paulo. O terreno é de 40 metros de frente por 25 metros de fundos, totalizando uma área de 1000 metros quadrados. Os sobrados têm 70 metros quadrados de construção cada, com padrão médio de acabamento, dois quartos, sala, cozinha, lavanderia, lavabo e banheiro social, quintal e uma vaga descoberta para carro.

Cliente reclama do sistema inflexível

Em mensagem eletrônica enviada à Fenae, uma cliente da Caixa do interior de São Paulo relatou seus problema com o Siric. Segundo ela, que tentou refinanciar um imóvel que era de seu pai, a Caixa dificultou ao máximo a concessão de crédito. A cliente alega ter boa renda e não ter dívidas e que, mesmo assim, seu caso não foi analisado. A agência simplesmente aplicou a análise de crédito do Siric e seu financiamento foi negado. "Se pelo menos fosse levado em consideração que estou tentando negociar, que estou persistindo ", diz ela.

Também é essa a percepção do rodoviário Erisvaldo Tavares dos Santos, cliente da Caixa há 10 anos. "Há muitas exigências para o financiamento habitacional. As pessoas muitas vezes até têm recursos para obter o financiamento mas não têm como comprovar a renda", exemplifica ele.

Dificuldade hoje e insegurança no amanhã

Diante da realidade dos atuais aposentados do país, os trabalhadores brasileiros muitas vezes fecham os olhos para o problema que podem ter quando saírem de atividade

Os brasileiros vivem dificuldades no presente e incertezas quanto ao futuro. Enfrentam no momento o desemprego e o arrocho salarial.

Para quando chegar o momento de parar de trabalhar, não enxergam condições de levar uma vida digna.

Quando vêem a realidade da maioria dos atuais aposentados, muitos trabalhadores preferem nem pensar no assunto. Esse é um tipo de fuga que, além de não aliviar a ansiedade causada pela insegurança, pode piorar as perspectivas e levar as pessoas a terem dificuldades ainda maiores, em uma fase da vida em que deveriam estar usufruindo do benefício da aposentadoria, pela contribuição dada à sociedade.

Ignorar a condição de futuro aposentado pode piorar ainda mais as perspectivas

Para Antônio Bráulio, diretor da Fenae e da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão), "o desafio está, em primeiro lugar, na transformação do quadro desalentador da previdência social no Brasil. Mas está também na busca de alternativas que se configurem em complemento à precariedade dos benefícios previdenciários".

A verdadeira reforma da previdência ainda está por ser feita

Foto: Augusto Coelho

Antônio Bráulio, da Anapar e Fenae

O Brasil tem hoje cerca de 20 milhões de beneficiários da previdência social. Os contribuintes são aproximadamente 30 milhões. O número de aposentadorias está em ascensão e o de contribuintes decai em função do desemprego, da informalidade e do emprego sem registro em carteira. Dos 47,5 milhões de empregados no país, quase 20 milhões estão sem carteira assinada.

Com essa conjunção de fatores, a conta da previdência social não fecha. As despesas crescem mais que a arrecadação - 14% contra 12%, em 2001. O déficit do INSS no ano passado foi de R$ 12,8 bilhões e está projetado para R$ 16 bilhões este ano. Os gastos são distribuídos de forma perversa, por conta das gordas aposentadorias existentes no setor público. Em 2000, os aposentados do setor privado, no INSS, que representam 88,7% dos beneficiários, consumiram 54,7% do total de benefícios. Já os do setor publico, 11,3%, receberam 45,3% dos benefícios. O déficit por segurado no INSS foi de R$ 515,00 enquanto no setor público foi de R$ 23,3 mil.

A resposta para a difícil equação da previdência é um dos destaques no debate da sucessão presidencial. O líder nas pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva, defende a criação de um sistema previdenciário básico público, compulsório, para todos os trabalhadores, do setor público e privado. Os benefícios seriam claramente estipulados, com teto de dez salários mínimos. Aposentadorias superiores ao teto seriam através de planos complementares de previdência, de caráter facultativo.

> O déficit por segurado no INSS foi de R$ 515, enquanto que no setor público foi de R$ 23,3 mil

Já o candidato Ciro Gomes defende que o sistema deixe de ser de repartição simples e se transforme num sistema de capitalização. Como se fosse uma aplicação financeira. O valor final do benefício dependerá diretamente de quanto e por quanto tempo a conta vinculada do trabalhador recebeu depósitos ao longo de sua vida produtiva. Haveria um valor mínimo de benefício, a ser garantido pelo poder público. O candidato do governo, José Serra, e Antony Garotinho não apresentam proposta de alteração do sistema. Falam de medidas para corrigir o atual.

Contribuintes da previdência

Empregados	25.237.095
Trabalhador doméstico	1.426.344
Por conta própria	3.101.940
Empregador	1.325.887

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Fundo de pensão dá segurança ao participante e ajuda o país

Os fundos de pensão são importante instrumento de poupança interna, fator decisivo para a alavancagem do desenvolvimento econômico e social do país, e são um caminho indicado a quem deseja preparar, desde já, uma aposentadoria mais digna.

O Brasil conta atualmente com 364 fundos, dos quais 269 são de empresas privadas e 95 de empresas públicas. São cerca de 1,7 milhão de participantes ativos e mais de 500 mil beneficiados. Os recursos arrecadados e aplicados representam 14% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Levando-se em conta apenas os cerca de 20 milhões de trabalhadores com carteira assinada, vê-se que o potencial de crescimento desse tipo de poupança no Brasil é enorme.

A criação de fundos de pensão por parte de entidades sindicais tem sido apontada como forma de se elevar o número de participantes. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva tem enfatizado a necessidade de se apostar nesse tipo de iniciativa.

A criação de fundos por sindicatos, centrais sindicais, federações e associações de classe está regulamentada pelas leis complementares 108 e 109, em vigor desde 30 de maio deste ano. A adesão dos trabalhadores é voluntária e permitida apenas aos filiados à entidade, o que caracteriza uma fundo de previdência fechado. Há vantagem no preço em relação aos fundos de empresa privado. O custo cai porque deixam de existir lucros de acionistas e não há necessidade de gastos com marketing.

Lula considera necessário incentivar a criação de fundos de pensão pelos sindicatos

Além da difusão do hábito de poupar através da criação de novos fundos de pensão, o diretor da Anapar, Antônio Bráulio, eleito suplente no Conselho Deliberativo da Funcef (o fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica Federal), destaca também a necessidade de se buscar a democratização e a transparência na gestão dos fundos já existentes, para que os recursos dos trabalhadores sejam de fato direcionados para atividades econômicas que contribuam com o país e que não coloquem em risco as aposentadorias. "Esta tem sido a nossa luta na Funcef e também a dos funcionários do Banco do Brasil na Previ, a dos petroleiros na Petros e, em geral, a dos participantes dos fundos de pensão de estatais, onde costumam agir eminências pardas do governo", diz ele.

Dados populacionais

Discriminação	Total
População residente	169.799.170
Homens	83.576.015
Mulheres	86.223.155
Empregados	43.561.694
Com carteira de trabalho assinada	23.930.041
Militares e estatutários	3.729.012
Outros	15.729.458
Trabalhador doméstico	4.011.305
Com carteira de trabalho assinada	1.250.865
Sem carteira de trabalho assinada	2.760.441
Conta Própria	14.470.915
Empregador	1.840.217

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Marcação a mercado

• Fernando Nogueira da Costa

Os brasileiros aplicadores em fundos de investimento foram mais surpreendidos pela mudança em sua regra de contabilidade, para a chamada "marcação a mercado", do que pela alteração na tática defensiva da Seleção brasileira de futebol do 4-4-2 para o 3-5-2! No final de maio, em um feriadão às vésperas do início da Copa do Mundo, os tecnocratas sancionaram a deflação dos preços dos ativos representativos dos títulos de dívida pública. As perdas sofridas nos fundos atingiram, generalizadamente, pessoas físicas e jurídicas. Talvez, só tenham escapado os clientes de alta renda dos bancos estrangeiros, cujas matrizes já os obrigavam a atualizar, diariamente, pelo valor do mercado, o valor dos títulos financeiros que tinham em carteira.

A imposição da tecnocracia do Banco Central do Brasil, na prática transformando fundos de renda fixa em variável, sujeita à volatilidade diária da especulação no mercado financeiro, revelou-se desastrosa. Tanto assim que, após a evasão de cerca de R$ 53 bilhões da "indústria dos fundos" e a explosão na cotação do dólar, dois meses e meio depois, ela

Ilustração: Lisarb

recuou de sua onipotência. Qual foi a lição que ficou desse lamentável episódio?

Marcação, nos esportes, significa o assédio que visa dificultar ou impedir as jogadas do adversário. No teatro, a definição dos movimentos, posições e atitudes dos atores durante a representação, feita pelo diretor, ou a posição ou seqüência de posições em que o ator se coloca em cena. Creio que podemos tomar esses dois sentidos para diferenciar o que é necessário ser feito em relação à dívida pública e ao mercado financeiro, em um próximo governo.

Fazer como foi feito pela atual tecnocracia, nesse episódio de "marcação a mercado", e promete fazer o candidato que diz que "não se rende ao mercado", "pouco se lixa para ele", "ele sabe mandar", entre outras bravatas, parece não ser o caminho mais prudente. A mudança do modelo econômico - redirecionar o mercado financeiro da especulação para o financiamento da produção - exigirá menos retórica e mais cautela. Para ser bem sucedida, a transição exigirá não um tratamento de choque, com a imposição de um projeto original da mente de um luminar de Harvard, mas sim um gradualismo negociado com todas as forças do mercado.

Senão vejamos. Quando houve a fuga de parte do capital que carregava os títulos de dívida pública para a poupança (obtendo-se recorde histórico em sua captação mensal) e CDBs, revelou-se como, mesmo alterando sua composição passiva, os bancos não alteraram a Seleção de sua carteira de ativos de maneira a privilegiar os empréstimos. Fugiram dos títulos públicos para o dólar, mesmo porque não havia demanda de crédito, nesse quadro instável sem perspectiva de um crescimento sustentado.

A lição é que, nessa mudança macroeconômica de caráter sistêmico que se anuncia, um próximo presidente deve fazer sua marcação muito mais como um diretor de teatro moderado do que como um técnico de futebol agressivo. Ele deve reposicionar os atores em uma nova cena. Não se trata de simplesmente confrontar o mercado. A qualidade de ser um político negociador vai ser mais necessária do que a de ser um técnico voluntarista e onipotente.

Fernando Nogueira da Costa
Economista

Pode faltar água um dia

Por falhas no sistema de abastecimento e falta de conscientização, o Brasil está entre os países que mais desperdiçam água no mundo

Fotos: Augusto Coelho

A escassez de água no planeta já se afigura como uma preocupação mundial. Está ficando cada vez mais difícil encontrar água de qualidade. O maior problema está na poluição de rios, represas e solo. O crescimento populacional constante e o desenvolvimento das atividades humanas, com distribuições não-homogêneas, e a disposição de água também irregular, contribuem para a pressão sobre os mananciais existentes.

Segundo estimativas da ONU (Organização das Nações Unidas), até 2030 dois terços da população mundial terão carência de água, devido ao desenvolvimento desordenado, ao desmatamento, à poluição, à descarga de esgoto sem tratamento em lugares impróprios, entre outros fatores.

Estimativas da ONU indicam que até 2030 dois terços da população mundial terá carência de água

De acordo com dados do International Hidrological Programme da Unesco, o volume total de água no planeta é calculado em torno de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos. Porém, 97% dessa água é salgada e está, basicamente, nos oceanos. Outros 2% estão nas calotas polares, quase inacessíveis. Apenas 1% (12.600 quilômetros cúbicos) é de fácil acesso em lagos, rios e lençóis subterrâneos pouco profundos.

O Brasil possui 8% dos 12.600 quilômetros cúbicos de água doce disponível para o consumo, mas nem por isso pode se dar ao luxo de desperdiçar, até porque, dadas as disparidades regionais, o racionamento de água não é nenhuma novidade em várias partes do país. A posição brasileira é de destaque

entre os países que mais desperdiçam água no mundo, sobretudo por conta de falhas no sistema da rede pública e pela falta de conscientização da população. São apontados também problemas de ordem ambiental, como a poluição de rios e córregos, advinda principalmente da insuficiência na reciclagem e de problemas com a destinação do lixo.

Números do desperdício

O desperdício de água está presente em nosso dia-a-dia e pode assumir grandes proporções conforme as atitudes de cada um. Segundo informações da Sabespe (Companhia de Saneamento Ambiental de São Paulo), uma torneira que fica gotejando, por falta de regulagem ou conserto, desperdiça nada menos que 1.380 litros de água em 30 dias, volume suficiente para se lavar um carro duas vezes no mês, por meia hora cada, com uma mangueira. E no caso de uma torneira que fica aberta sem necessidade, são jogados fora 80 litros em apenas cinco minutos.

Uma descarga desregulada pode consumir 30 litros de água, quando o gasto deveria ser de apenas 10

Uma descarga desregulada costuma consumir 30 litros de água em seis segundos, quando deveria consumir apenas 10. Lavar uma calçada pode consumir 280 litros em 15 minutos de esguicho, sendo que para deixá-la limpa bastaria apenas varrê-la. Para escovar os dentes, uma pessoa que costuma deixar a torneira aberta consome 10 litros de água por vez. Se ela escovar os dentes três vezes ao dia, no mês são 900 litros. Utilizando um copo para enxaguar a boca, seriam gastos apenas 75 litros.

Dicas para economizar

Na cozinha:

- Mantenha a torneira fechada ao ensaboar as louças;
- Deixe de molho as louças com sujeira mais pesada;
- Só ligue a máquina da lavar louça quando estiver cheia;

No banheiro:

- Feche a torneira ao escovar os dentes e ao fazer a barba;
- Não tome banhos demorados;
- Mantenha a válvula de descarga do vaso sanitário sempre regulada;
- Conserte os vazamentos o quanto antes;

No jardim, quintal e calçada:

- Troque o uso de mangueira por um balde para lavar o carro;
- Não use a mangueira para limpar a calçada, use uma vassoura;
- Prefira o uso de regador ao da mangueira para regar as plantas;

Nas torneiras:

- Não deixe a torneira pingando, sempre que necessário troque a vedação.

Na lavanderia:

- Mantenha a torneira fechada ao ensaboar e esfregar as roupas;
- Só ligue a máquina de lavar roupa quando estiver cheia;

Veleg

Emoção nas águas

latismo arrebata medalhas olímpicas, mas ainda está longe de ser um esporte popular

O brasileiro gosta de viver no litoral, mas ainda tem medo do mar. Sua cultura não passa da arrebentação das ondas. Essa é uma observação feita por quem tem afinidade com as águas, o iatista Lars Grael, campeão mundial em 1983 (classe Snipe), 15 vezes campeão brasileiro e medalha de bronze em duas olimpíadas (Seul, em 1988, e Atlanta, em 1996).

Curiosamente, o Brasil tem no iatismo um retrospecto invejável. São 12 medalhas, sendo quatro de ouro. Só o atletismo tem um melhor desempenho.

Além de Lars Grael, que teve a perna direita decepada por uma lancha, em 1998, e que hoje é Secretário Nacional de Esportes, outros destaques do iatismo brasileiro são Robert Scheidt, Torben Grael e Marcelo Pereira. A primeira vez que brasileiros subiram ao lugar mais alto do pódio foi nos Jogos de Moscou, em 1980, quando Eduardo Penido e Marcos Soares venceram com o 470, e Alex Welter e Lars Bjòrkström fizeram o mesmo a bordo do Tornado.

> A primeira vez que brasileiros subiram ao lugar mais alto do pódio foi em 1980,nos Jogos de Moscou

jar

Fotos: Augusto Coelho

Velejar ainda é para poucos

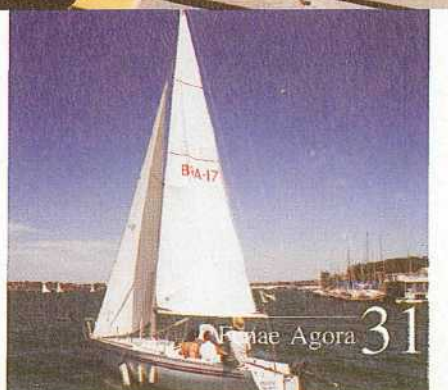
Mas o iatismo ainda está longe de ser um esporte popular no Brasil. O fato de ser mais comum em clubes de associados com bom poder aquisitivo restringe a sua prática e reforça o estigma de elitista. As condições extremamente favoráveis oferecidas pela costa atlântica e pelos rios, lagos e represas disponíveis no país não conseguem se sobrepor ao fator econômico. "Isso impede a que um maior número de pessoas possa usufruir do lazer e da prática esportiva com barco a vela", diz Marcello Katalinic, presidente da Federação Náutica de Brasília.

Foi entre os atletas de ponta do iatismo que surgiram iniciativas que podem levar a uma maior popularização desse esporte. Em parceira com a Prefeitura de Niterói (RJ), os irmãos Lars e Torben Grael, juntamente com Marcelo Pereira, criaram em 1996 o Projeto Grael, que visa dar iniciação e noções básicas de vela a crianças da rede pública de ensino. A experiência foi levada também para a cidade de Vitória (ES). Segundo a coordenadora do projeto, Cíntia Knoth, cerca de 2.500 crianças já passaram pelos núcleos de Niterói e de Vitória.

Como diretor de programas especiais do Indesp (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto), Lars Grael criou também o Projeto Navegar, com núcleos no Nordeste, Brasília e Rio de Janeiro.

Também através dos clubes a iniciação tem sido facilitada. A maioria oferece escolinhas abertas a não-sócios, que podem depois obter a condição de sócios-veleiros. O curso básico tem cerca de 20h e está por volta de R$ 120,00.

O Optimiste, barco de pequeno porte, usado por iniciante, custa cerca de R$ 3 mil. Mas se for usado pode ser adquirido até por R$200,00. Um Laser custa de R$ 4 a R$5 mil. No iatismo existem ainda várias outras classes de barcos: Soling (três tripulantes), Star (2), Tornado (3), 470 (2), Fim (1), Europa (1), Microtonner (3), Hobie Cat 16 (2), Hobie Cat 14(1) e DaySailer(2).



Patativa do Brasil

O maior poeta popular do país surgiu da terra e criou versos labutando na roça

Embalado pelo canto da patativa, pássaro do Nordeste, nasceu a cinco de março de 1909, no município de Assaré, sul do Ceará, Antônio Gonçalves da Silva, o poeta mais popular do Brasil.

Filho do agricultor Pedro Gonçalves da Silva e de Maria Pereira da Silva, o garoto Antônio cresceu ouvindo histórias e ponteios de viola. Aos quatro anos de idade havia perdido um olho e aos oito tornara-se órfão de pai. Só veio a aprender a ler aos 12 anos, nos únicos seis meses de sua vida em que freqüentou escola.

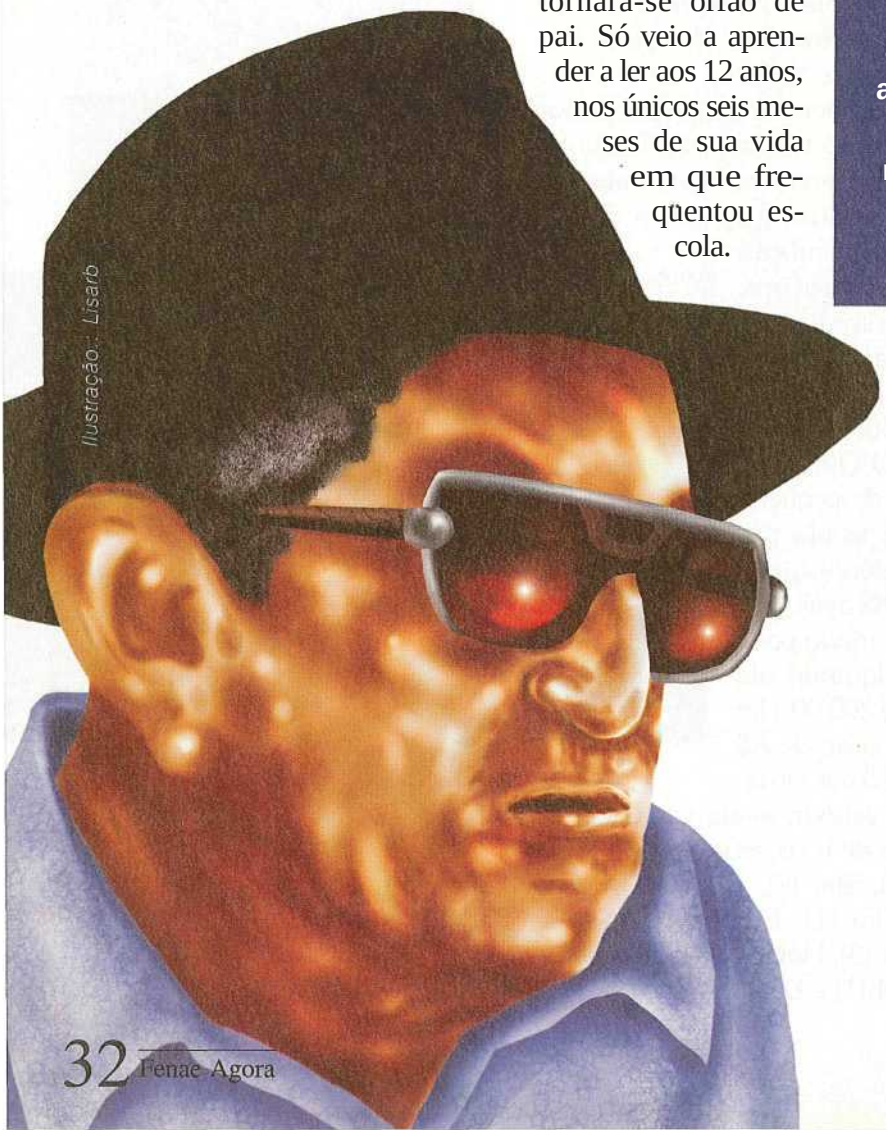


Ilustração: Lisarb

Patativa só aprendeu a ler ao 12 anos, nos únicos seis meses em que freqüentou a escola

Sua maior distração depois que retornava do trabalho no campo era ler ou ouvir o que seu irmão mais velho lia nos folhetos da literatura de cordel. A vocação poética despertou logo cedo com a composição de versos. De 13 a 14 anos começou a fazer "versinhos" sobre brincadeiras de noite de São João, testamento do Juda, ataque aos preguiçosos que deixavam o mato estragar o plantio da roça, entre outros temas que colocavam em destaque os contrastes do sertão nordestino.

Aos 16 anos, adquiriu uma viola de 10 cordas e começou a fazer improvisações, conforme a tradição sertaneja dos violeiros. Seus versos eram criados na roça, no manejo da ferramenta agrícola, e guardados na memória para serem recitados aos admiradores. Em pouco tempo, a fama do menino violeiro se espalhou. João foi então para o Pará, onde enfrentou muita peleja com cantadores. Quando voltou, estava consagrado: era Patativa do Assaré.

De volta à sua cidade, o poeta retomou os trabalhos do campo aos quais dedicou o resto de sua vida, sempre cantando, de improviso, as mazelas e anseios do povo sofrido e humilde do Nordeste. De tudo falou um pouco, com clareza e firmeza inabaláveis. Estudos indicam ter sido ele o primeiro, em toda a América Latina, a falar em versos da necessidade de se fixar o homem do campo no seu próprio habitat e também o primeiro a falar de reforma agrária.

Patativa morreu em Assaré, no dia oito de julho deste ano. Seu enterro foi acompanhado por cerca de 20 mil pessoas.

Salve a nação potiguar!

Tárik de Souza

Nesta era predatória da cultura brasileira é preciso prestigiar as iniciativas regionais que procuram documentar as manifestações locais. O projeto da Fundação Hélio Galvão associado ao Scriptorium Candinha Bezerra, de Natal, Rio Grande do Norte (contatos pelo telefone 84 211-8241) já lançou 12 discos de alta qualidade. Um deles, verdadeira preciosidade recém editada, documenta num CD triplo a cantoria baseada no romance medieval de Dona Militana, nascida em 1925, em São Gonçalo do Amarante, no interior do Rio Grande do Norte. Localizada pelo estudioso Deifilo Gurgel, que a consultava em suas pesquisas, Militana foi transformada por outro estudioso, o poeta e produtor Dácio Galvão, em fonte transmissora de um conhecimento que poderia se perder. Romances, xácaras, modinhas, toada de boi, coco, romarias, desafios, jornadas de chegança e fandango estão agora nas 54 faixas do disco com rico material iconográfico. Militana entrou em estúdio e entoou as músicas, algumas terminadas numa fala onde os personagens revezam-se, do "Romance de Clara Arlinda" ao "Boi mandingueiro",

"Jornada de despedida", "Nau catarineta", "Véia não beba o vinho", "O mouro e a estrangeira" e "Coco da lagartixa". Entre as linguagens usadas por ela foram identificadas referências ao medievo, renascimento, africanismo, mourisco, lusitano e flamenco. Músicos como Roberto Corrêa (viola de cocho), Mestre Salustiano (rabeca), Luca Raele (clarineta), Waldonys (sanfona), Mingo Araújo (tambor falante), João Ornar (violão, cello) fizeram intervenções delicadas emoldurando o canto agreste de Dona Militana.

Outro destaque do mesmo projeto é o CD duplo "Repente Potiguarino" com saborosos embates poéticos no rigor de métricas intrincadas entre violeiros como Zé Ribamar & Raimundo Lira ("Oitavão rebatido"), Zé Monte e Sebastião Dias ("Quadrão a beira mar"), Francisco Oliveira e Neuton Galdino ("Nove palavras por seis"), Francisco Luzimar & Raimundo Amâncio ("Oito pés a quadrão"). Localizado na atual Pedro Velho pelo ensaísta Mário de Andrade em 1928, em sua viagem etnográfica, o coqueiro (cantor de cocos) Chico Antônio (1908-1993) tem sua obra revisitada no CD "Carretilha de cocos", em temas como "Boi tungão", "Crioula", "Ronca o Besouro" e "Dois Tatu" pelos pandeiros, ganzás e vozes de Golinha, Caetano da Ingazeira, Nazar, Lindalva e Chico do Pandeiro. Também no ramo, o afiado "Emboladas-Cocos" conta com alguns participantes do anterior como Golinha e Caetano e mais Barra Mansa e Chico Sena em desafios como "O pobre e o rico", "Mulher magra, mulher gorda" e o "Coco no ABC". Em "Cabocolinhos e Malhação de Judas", pontifica a dança dramática de influências africanas, ameríndias e até russas e a brincadeira originária da península ibérica. Já os discos "Potiguar" (com a Orquestra Sinfônica do RN, participações de Paulo Moura e Oswaldinho do Acordeon) e "Nação Potiguar" (com Chico César, Xangai, Antulio Madureira, Gereba e Antônio Nóbrega) sintetizam o conceito do projeto que tem ainda dois CDs do excelente forrozeiro Elino Julião. Se cada Estado documentar seus talentos com o esmero deste lançamento potiguar, a cultura nacional pode voltar a ser ouvida em alto e bom som.

Tárik de Souza
Jornalista

As línguas anti-Babel

Esperanto, ido e interlíngua estão entre as línguas criadas mais famosas do mundo

Foto: Augusto Coelho

Lício Castro na biblioteca da Liga Brasileira de Esperanto

Não bastassem as cerca de três mil línguas faladas no mundo, o homem ainda permanece em busca do idioma universal, sonho que nasceu assim que os operários da Torre de Babel acordaram falando de maneira diferente. A partir do século XIX, a construção de uma língua geral motivou 500 projetos dos mais variados, dos quais se destacam o esperanto, ido e interlíngua.

A história mostra que as nações dominantes impuseram também sua língua para o resto do mundo. Foi assim com o latim, quando o mundo era romano; com o francês, nos séculos XVIII e XIX; é assim com o inglês, apenas a segunda língua mais falada no mundo, mas dominante nas relações internacionais e na Internet. Assim, o objetivo de grande parte dos idiomas construídos é criar um elo internacional de comunicação e não substituir as línguas naturais; a escolha de uma já existente, no entendimento de especialistas que se dedicam às novas línguas, é faria com que o idioma de uma nação dominasse o cenário internacional, o que representaria a continuação do colonialismo político ou cultural.

Médico polonês foi o criador do esperanto

"O esperanto é a única língua que pede licença para entrar na casa das pessoas", teoriza Lício de Almeida Castro, presidente da Liga Brasileira de Esperanto. A nova língua foi informada ao mundo no dia 26 de julho de 1887, por Lázaro Zamenhoff (retratado no busto acima), que cresceu em meio à dominação de seu país por outros povos e via as línguas nacionais como fator de desunião entre as pessoas.

O esperanto empresta boa parte de sua estrutura do latim e se apóia em 16 regras básicas para se desenvolver. Os verbos são regulares e não têm conjugações diferentes para cada pessoa do singular ou plural, mas apenas para diferenciar os tempos verbais. Assim, quando termina em "as" o verbo está no presente; "is", passado; "os", futuro; "us", condicional; "u", imperativo; e "i", infinitivo. Além disso, o plural dos substantivos é sempre em "j"; os substantivos singulares terminam em "o". Um exemplo é o nome desta federação, que viraria Nacia Federacio de l'Associoj de la Servistaroj de Sparkaso Federala. Ou seja, Fe-

deração Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal.

Simples, não? Lício Castro garante que um curso intensivo de esperanto habilita o aluno a falar a nova língua em um mês. Estudos citados por ele feitos pelo Instituto Jean Jacques Rousseau, de Genebra, Suíça, mostram que o esperanto é, no mínimo, seis vezes mais fácil de aprender que qualquer outra língua. Hoje, estima-se que entre três e 10 milhões de pessoas no mundo falem esperanto, ao contrário do que diziam os Titãs em "Miséria" ("ninguém sabe falar esperanto, miséria, miséria em qualquer canto...").

As línguas mais faladas do mundo

Ido nasceu para corrigir o esperanto

Por achar que o esperanto apresentava algumas dificuldades, os franceses Louis de Beaufront e Otto Jespersen lideraram um comitê que resultou no ido, em 1907. O esperanto foi a língua considerada pelos estudiosos, mas tinha problemas, como a acentuação, inexistente no inglês, a falta de consistência gramatical para formar advérbios e a pronúncia das palavras, muito puxada para as línguas eslavas. O ido tentou eliminar esses problemas, mas de resto era igual ao esperanto. Talvez por isso não angariou tantos seguidores quanto sua matriz. Anos depois, Otto Jespersen usou o ido para criar uma variante, o novial.

A tentativa de criar uma língua internacional já motivou a apresentação de mais de 500 projetos

Ainda outra alternativa criada para resolver problemas de comunicação entre os países é a interlíngua. Nascida em 1951 por obra da lala (Associação para a Língua Auxiliar Internacional, na sigla em inglês), a interlíngua foi objeto do esforço de mais de uma pessoa. Ela nasceu em 1951, mas não assumiu o posto de grande língua auxiliar internacional, principalmente após a dissolução da lala, dois anos depois.

A língua ainda existe e, assim como o esperanto, tem muitos seguidores no Brasil e no mundo. Sua base são palavras de raiz comum a línguas diversas como as latinas, o alemão e o inglês.

Esperanto, ido e interlíngua estão entre as mais importantes línguas auxiliares. Nos últimos 150 anos, no entanto, inúmeras outras foram criadas, ironicamente provocando uma reedição da Torre de Babel, exatamente o que elas tentavam evitar. Além de línguas como o tuônico, völapuk, novial, occidental, existem até mesmo tentativas brasileiras de uma língua auxiliar, como o fasile e o niaze - que chega ao requinte de inventar até um alfabeto. Muitas delas, no entanto, estão condenadas à extinção tanto quanto pelo menos um terço das línguas naturais, faladas por menos de mil pessoas. Ou, como lamenta Lício Castro, da liga de esperanto, "a grande dificuldade da língua é encontrar com quem falar".

A rabeia e os marujos

Andaraí, na Chapada Diamantina (BA), comemora uma das festas do Divino mais originais do país

Fotos: divulgação

O povo sai às ruas carregando o tronco retirado na mata

A Festa do Divino Espírito Santo, que acontece todo ano em incontáveis cidades do interior brasileiro, tem em Andaraí, na Bahia, um componente especial e exclusivo. É a rabeia, que antecede a Festa do Divino em 30 dias e mobiliza toda a população da cidade, uma das maiores da Chapada Diamantina.

Também conhecida como o Domingo do Mastro, a rabeia é a festa de condução, pelas ruas da cidade, do mastro em que será hasteada a bandeira do Divino Espírito Santo. A tradição existe há 110 anos, sempre nos meses de março ou abril. "Começou com as mulheres de Andaraí carregando um tronco de canela-lima, um arbusto usado para acender fogueira", explica Edgard Paes Coelho Neto, assessor da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do município. Com o passar dos anos, a tradição foi mudada, e hoje são os homens da cidade que vão à mata cortar o tronco da árvore e carregá-lo pelas ruas da cidade, enfeitado com fitas, flores e adereços, até a praça da Igreja do Rosário. As baianas seguem o cortejo, que é fechado por uma banda de música e pela população. Todos que quiserem ajudar a carregar o mastro podem fazê-lo, basta estar lá.

Andaraí nasceu com o ciclo do diamante e do ouro

Os primeiros habitantes da Chapada Diamantina foram os índios Cariri, que batizaram boa parte dos locais e acidentes geográficos. A partir da metade dos anos 1800, muitos garimpeiros chegaram à região, atraídos pela existência de ouro e diamantes.

Em 1878, Andaraí virou distrito; em maio de 1884, subiu à categoria de vila, desmembrada de Santa Isabel do Paraguaçu, hoje Mucugê. Já a elevação para cidade foi assinada pelo governador baiano da época, José Gonçalves da Silva, em 28 de abril de 1891.

Nome surgiu com os índios Cariri

O nome da cidade tem origem indígena. Andira, na linguagem dos Cariri, significa morcego. Y é rio ou água. Assim, a tradução mais aproximada seria rio de morcegos. As grandes grutas presentes em praticamente todo o relevo da Chapada Diamantina é a mais provável inspiração para o nome da cidade da rabeia.

Garimpeiros levaram a festa do Divino à cidade

A festa do Divino Espírito Santo chegou a Andaraí levada por garimpeiros de Minas Gerais, pouco antes do final do século XIX. A festa foi assumida pelas mulheres pertencentes à irmandade de Nossa Senhora da Glória, que realizavam novenas, uma missa e festejos públicos. A figura do imperador da festa surgiu no início do século passado, bem como sua escolha, por sorteio, na missa em que já é feita sua coroação. Também foram incorporadas à festa a distribuição do pão do Divino e de lembranças da festa.

A bandeira do Divino, que durante 30 dias fica hasteada na ponta do mastro trazido na rabeia, percorre as ruas da cidade poucos dias antes da festa, em visita às casas da sede do município e dos povoados e cidades vizinhas a Andaraí. É tempo de os baianos da Chapada Diamantina oferecerem donativos à festa, para o chamado bando precatório da bandeira do Divino.

Mesmo a centenas de quilômetros do mar, Andaraí também tem seus marujos, que participam da festa. A Marujada de Andaraí, criada em menção à Escola de Sagres e às conquistas de Portugal, acompanha o cortejo com cantos de mar e de guerra. Os marujos desenvolvem também coreografias, no que se chama de Chegança de Marujos.

É assim, de marujos e de rabeia, que se faz a Festa do Divino de Andaraí, uma das mais originais do país.

Os 10 anos do impeachment de Collor

João Paulo Cunha

Há 10 anos, no dia 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados agia como intérprete legítimo e lúcido da vontade do povo brasileiro prestando um serviço à democracia, à liberdade, à ética e ao futuro da Nação. Por 441 votos a 38, os deputados autorizavam a abertura do processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, por envolvimento em esquema de tráfico de influência e de irregularidades comandado pelo seu ex-tesoureiro de campanha, o empresário Paulo César Farias, o PC.

Para manter aquela data histórica viva na memória nacional sugerimos à presidência da Câmara a realização de uma sessão solene, a fim de lembrar um momento glorioso de afirmação do mais democrático dos poderes. Afinal, cultivar a memória é importante, já que figuras sombrias do passado, como o próprio Collor, tentam retornar à política nas eleições deste ano.

Um dos maiores patrimônios de uma Nação é a sua consciência ética. O impeachment de

Collor contribuiu para elevar o nível de exigência da sociedade em relação aos seus governantes. Contribuiu também para despertar maior responsabilidade pública daqueles que exercem o poder. Mas isso não quer dizer que a corrupção acabou. A organização não-governamental Transparência Internacional divulgou dias atrás o ranking onde o Brasil aparece como o 45° colocado entre os países menos corruptos do mundo. Numa escala de zero a 10, recebeu nota 4, ao lado de Peru e Jamaica.

Não há dúvidas que uma das raízes da corrupção brasileira está no nosso modelo de financiamento de campanhas eleitorais. Collor usou o pretexto das sobras de campanha para justificar gastos na reforma da Casa da Dinda e as depesas pessoais da ex-primeira-dama, Rosane Collor. O presidente Fernando Henrique Cardoso também teve problemas com o financiamento de suas campanhas em 1994 e em 1998. Elas teriam se beneficiado de um esquema de caixa-dois. Em 1994, pelo menos R$ 5 milhões não apareceram na prestação de contas entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 1998, teriam passado pela contabilidade paralela R$ 10,1 milhões.

As eleições brasileiras poderiam ser diferentes se houvesse o financiamento público exclusivo de campanhas. Haveria menos corrupção. As campanhas ficariam mais baratas e transparentes. A política e a democracia lucrariam. Acabaria com essa história de caixa-dois e financiamento por debaixo dos panos. O PT acredita que a eleição de 2002 para a Presidência da República pode ser diferente. Que o vencedor não seja, como em 1989, 1994 e 1998, o candidato imposto pelo poder econômico e pelas elites. Esperamos que a população dê um voto de confiança ao Brasil e que não procure novamente um "anti-Lula", como aconteceu no passado.

João Paulo Cunha
Líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados

Claudius

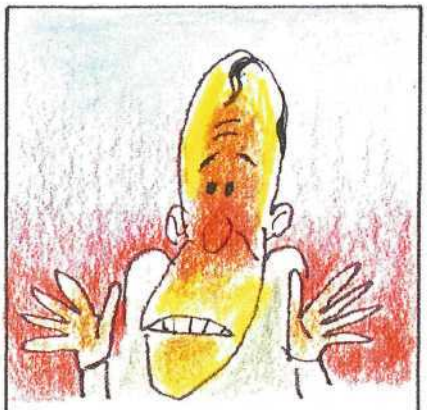
HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO

Mais empregos!
O exemplo começa em casa!
Elejam meu filho!

Nesse você pode confiar!
Não se deixe levar
pelas aparências!

Eu sou honesto: compro seu voto, **pago à** vista e, eleito, não lhe devo mais nada!

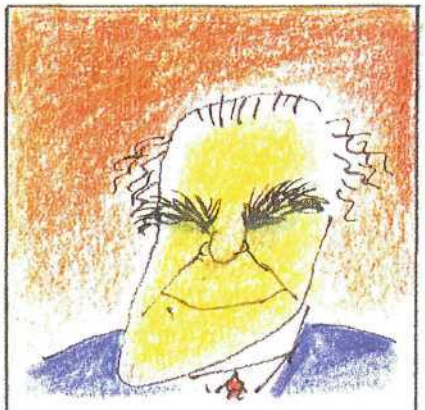
Fui ministro, mas discordei durante oito anos! Disse isso em mais de três jantares no Fasano!



Preciso do seu voto, mesmo que eu tenha chamado você, merecidamente, de burro!

Minha aliança é ampla, tem cobras, lagartos e outros bichos. Vote em Noé!

Roubei, sim! Tenho conta na Suíça! Mas, juro, foi em legítima defesa!



Prometo que, se você me mandar pra Brasília, não volto nunca mais!

Quando pensar em seguros, lembre-se: estamos aqui

Há mais de 29 anos a FENAE Corretora desenvolve produtos em todos os ramos de seguros, com seriedade e competência, proporcionando soluções para proteção do patrimônio e vida de seus clientes, tendo como princípio básico agir sempre com respeito e profissionalismo. Por isso, quando precisar de assessoria em seguros, conte sempre com a FENAE Corretora de Seguros.

FENAE

CORRETORA DE SEGUROS

Visite nossa home page: www.fenaeseg.com.br

Central de Atendimento: 0800 224 472